

Apresentação

Dossiê temático – América Portuguesa: Administração, Espaços e Experiências

Regis Clemente Quintão

Doutorado em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

regis.quintao@gmail.com

O dossiê temático deste número, intitulado “América Portuguesa: administração, espaços e experiências”, remete-nos imediatamente à recorrente afirmação de que os estudos sobre o período colonial brasileiro vêm diminuindo em razão do suposto desinteresse dos jovens pesquisadores. A princípio, trata-se de uma questão que demanda comprovação e, portanto, um estudo específico, seja por meio de entrevistas com professores e estudantes, da análise dos temas desenvolvidos nas linhas de pesquisa, da verificação dos bancos de dissertações e teses ou, ainda, do exame das edições mais recentes de livros e publicações nos inúmeros periódicos nacionais e estrangeiros.

No entanto, muitos professores, pela larga experiência em programas de pós-graduação em história, são unânimes em alegar tal diminuição. Recentemente, ao entrevistar Laura de Mello e Souza, José Newton Coelho Meneses (2026) mencionou a redução dos estudos sobre o período colonial brasileiro, argumentando, ao mesmo tempo, que muitos temas carecem de aprofundamento, tais como a escravidão, os povos originários, a história da constituição familiar, a construção civil, o trabalho artesanal feminino, os caminhos e transportes para o comércio de abastecimento, as relações de poder entre livres, escravizados e forros e as sociabilidades urbanas. Para tanto, Meneses sugere a busca por novos acervos documentais e a necessidade de inovação nas pesquisas.

A respeito da ampliação do repertório de fontes inéditas, procedimento fundamental para inovar os estudos sobre o Brasil colonial, Laura de Mello e Souza, em sua resposta, criticou que muitas teses produzidas nos últimos anos estão bastante condicionadas pela leitura dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino disponibilizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, da Fundação Biblioteca Nacional. Além disso, essas teses dedicavam-se, quase exclusivamente, a temas ligados ao funcionamento da administração local, às câmaras municipais e às elites. Para a historiadora,

o problema não são os temas em si, mas a utilização do mesmo corpus documental sem, porém, resultar em contribuições mais analíticas para a historiografia do período colonial.

É preciso frisar, também, que a escolha de recortes excessivamente específicos e de temas de interesse estritamente individual, em detrimento da investigação de problemas mais amplos e socialmente relevantes, pode resultar em uma fragmentação do debate historiográfico. Nesse sentido, Marco Antonio Silveira (2013), em artigo dedicado à discussão da historiografia colonial e da responsabilidade dos historiadores, chama a atenção para os riscos de uma produção intelectual cada vez mais especializada e desconectada das grandes questões que impactam a sociedade. Por isso, Laura de Mello e Souza é enfática ao defender temas de grande relevância internacional, como a história da escravidão e da Inquisição, por exemplo.

Poderíamos acrescentar, ainda, alguns objetos relativamente pouco explorados pela historiografia brasileira, como a microfísica da corrupção, a desigualdade social, a perpetuação das elites no poder e as múltiplas formas de violência arraigadas na sociedade. Tudo isso, como lembra Jurandir Malerba (2009), resulta em processos de exclusão social relacionados aos baixos níveis de escolarização, às precariedades nas áreas de saúde e habitação e às dificuldades de acesso ao trabalho e ao conhecimento. Enfim, são problemas estruturais que podem ser observados sob a perspectiva da longa duração e que, embora assumam formas distintas ao longo do tempo, permanecem presentes na atualidade, afetando cotidianamente amplos setores da população, sobretudo nas periferias.

É importante ressaltar que o perfil socioeconômico do corpo discente dos programas de pós-graduação das universidades públicas mudou muito nos últimos anos devido às políticas de ações afirmativas. Apesar da existência de bolsas de pesquisa e outros auxílios financeiros, nem todo estudante dispõe das mesmas condições materiais para realizar pesquisas presenciais em arquivos e bibliotecas de outros países. Nesse sentido, embora muito utilizado, o acervo do Projeto Resgate é fundamental não só para os jovens pesquisadores, mas também para os profissionais com carreiras consolidadas, que o utilizam com frequência, muitas vezes lançando novos olhares sobre antigos problemas. Acrescente-se que o trabalho do Projeto Resgate é contínuo. Há centenas de códices ainda não descritos e cujo teor permanece desconhecido por muitos estudiosos. Com vistas à difusão desse acervo, foram produzidos novos instrumentos de pesquisa e catálogos temáticos que objetivam democratizar o acesso ao conteúdo das fontes manuscritas.

Além do Projeto Resgate, especificamente no que se refere à capitania mineira, existe também o catálogo “Minas Gerais nos Arquivos Históricos de Portugal” (BOSCHI; QUINTÃO, 2019), que reúne documentos manuscritos relativos à Capitania de Minas Gerais depositados nas seguintes instituições: Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal; Arquivo da Universidade de Coimbra; Arquivo Distrital de Braga; Arquivo Histórico Militar; Biblioteca da Ajuda; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Biblioteca Nacional de Portugal; Biblioteca Pública de Évora; Biblioteca Pública Municipal do Porto; e Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. O conteúdo dessa publicação, assim como os documentos digitalizados, pode ser acessado por meio do acervo do Sistema de Bibliotecas da PUC Minas. Parte significativa dessas fontes permanece inédita ou ainda pouco explorada pelos historiadores dedicados ao estudo do período colonial brasileiro.

Como é sabido, nas últimas décadas, a historiografia da América portuguesa passou por importantes processos de renovação, ultrapassando modelos explicativos tradicionais e ampliando o conhecimento acerca das múltiplas particularidades do passado colonial. Existem diversos balanços historiográficos sobre o tema, entre os quais se destacam os trabalhos de João Fragoso *et al.* (2013), Marco Antonio Silveira (2013) e André Figueiredo Rodrigues (2022). De modo geral, pode-se afirmar que as interpretações mais centradas nas instituições coloniais, na administração e na formação do Estado coexistem, atualmente, com pesquisas voltadas para as experiências dos grupos subalternizados, a agência indígena e africana, as dinâmicas da escravidão, as relações de gênero, as práticas culturais e os mecanismos informais de poder. Influenciada pelos diálogos com a história social, a história cultural, a micro-história, a história global e os estudos pós-coloniais, a produção recente tem enfatizado as diversas escalas de análise e a complexidade das relações que estruturavam aquela sociedade.

Alguns dos trabalhos reunidos neste dossiê dialogam diretamente com algumas das principais agendas da historiografia contemporânea. Assim, a despeito da percepção de um presumido desinteresse pela história desse período, o presente dossiê evidencia que os estudos sobre a América Portuguesa continuam a atrair novos pesquisadores. Composto por sete artigos, o dossiê propõe revisitar temas fundamentais da historiografia desse campo, contribuindo para a divulgação de pesquisas recentes desenvolvidas sob diferentes perspectivas. Além dos artigos, a publicação inclui uma transcrição documental comentada e uma importante entrevista com a professora Adriana Romeiro, na qual são abordadas sua trajetória acadêmica e reflexões fundamentais para os estudos da América portuguesa.

O artigo *Irmandades leigas e boa morte nos testamentos de mulheres forras em Sabará na segunda metade do século XVIII*, de Aline Pereira Lopes, analisa as relações entre religiosidade, sociabilidade e práticas funerárias de mulheres forras na vila de Sabará, no século XVIII, a partir de seus testamentos. Por meio das trajetórias de Genobeba Lourença, Luiza de Souza e Maria Gomes, o estudo indica que as irmandades leigas, especialmente as do Rosário e das Almas, desempenhavam funções que ultrapassavam o âmbito estritamente religioso, constituindo importantes espaços de solidariedade, apoio material, construção de identidades e inserção social para escravizados, libertos e seus descendentes. Os testamentos revelam preocupações com a salvação da alma, a escolha de sepulturas, mortalhas, custos para missas e esmolas, evidenciando a centralidade da busca pela “boa morte” na cultura católica colonial. O trabalho sublinha a agência dessas mulheres na organização de suas últimas vontades e na mobilização das redes confrariais, e como devoção, sociabilidade e estratégias de distinção social se articulavam na experiência cotidiana da população forra das Minas setecentistas.

Ariadne Pires Barbosa, em *A grande desordem que se encontra no cofre dos defuntos e ausentes: disputas locais e as práticas de governo na Provedoria dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos (1700-1733)*, estuda, como anunciado no título, a atuação da referida provedoria no Rio de Janeiro, com especial atenção ao funcionamento do cofre destinado à guarda dos recursos provenientes das heranças de falecidos. A partir da documentação administrativa e da correspondência entre autoridades, a autora mostra como os valores depositados nesse cofre, embora legalmente destinados aos herdeiros e protegidos por rigorosos regulamentos, eram frequentemente utilizados para financiar despesas da administração colonial, como expedições militares e comboios marítimos. O artigo evidencia as tensões entre as normas estabelecidas pela Coroa portuguesa e as práticas efetivamente adotadas pelos agentes régios, realçando as disputas jurisdicionais envolvendo figuras como o governador Luís Vahia Monteiro e o ouvidor-geral Manoel da Costa Mimoso. Dessa forma, a pesquisa contribui para a compreensão dos mecanismos de governo, das limitações do controle metropolitano e das formas de negociação e adaptação das instituições portuguesas no contexto colonial.

Entre a aliança e o feitiço: o império colonial português e os povos indígenas Puri-Coroadó (1750-1812), de Rossiano Henrique Oliveira Vilaça, analisa as relações estabelecidas entre os povos Puri, Coroadó e Coropó e a administração colonial portuguesa no leste de Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XIX, propondo uma interpretação que realça a agência indígena diante da expansão colonial. Dialogando com a historiografia recente e com aportes da antropologia indígena, o autor evidencia que as aproximações desses grupos com autoridades portuguesas, incluindo pedidos de batismo, participação

em aldeamentos e trocas de presentes, não devem ser entendidas como simples submissão ou aculturação, mas como estratégias políticas fundamentadas em concepções indígenas de diplomacia, reciprocidade e construção de alianças. O estudo reforça que os povos indígenas mobilizaram instituições coloniais, símbolos cristãos e redes de negociação para obter proteção, recursos materiais e maior autonomia diante das violências da colonização. Por outro lado, enfatiza as ambiguidades e contradições dessas alianças, marcadas pela contínua invasão de terras indígenas, pela ação de colonos interessados na expropriação territorial e pela incapacidade da Coroa em garantir os compromissos assumidos.

Em *Negociar para existir: gênero, economia e agência feminina na América portuguesa (séculos XVIII-XIX)*, Caroline Cardoso Planinschek e Mirella Soraya Pinheiro Rodrigues de Oliveira investigam as relações entre gênero, economia e agência feminina na América portuguesa entre os séculos XVIII e XIX, por meio de dois estudos de caso situados em contextos sociais distintos. O primeiro examina a atuação de D. Eugénia Maurícia Tomásia de Almeida Portugal, condessa de Ficalho, na administração dos bens e das dívidas da Casa de Lavradio, evidenciando como mulheres aristocráticas podiam exercer funções jurídicas e patrimoniais tradicionalmente associadas aos homens. O segundo analisa as alforrias femininas no Rio de Janeiro, sublinhando o predomínio das mulheres entre os libertos e discutindo as relações entre representações do feminino, caridade cristã, cultura política e estratégias de negociação desenvolvidas por escravizadas e libertas. Assim, as autoras demonstram que, apesar das restrições impostas pela ordem patriarcal do Antigo Regime, mulheres de diferentes posições sociais utilizaram recursos jurídicos, afetivos e relacionais para ampliar suas margens de ação.

Luciana Lima de Andrade Barbosa, em *Teorizando sobre o contrabando em Pernambuco no século XVIII*, analisa uma das práticas ilícitas mais difundidas no período colonial. A partir de uma perspectiva teórica que busca compreender o comércio ilegal enquanto parte constitutiva da sociedade colonial, e dialogando com Michel Foucault e Georges Balandier, a autora argumenta que o contrabando não deve ser entendido apenas como transgressão às leis régias, mas também na qualidade de prática social integrada às dinâmicas econômicas, políticas e administrativas da América portuguesa. O estudo examina os mecanismos do comércio ilícito, os diferentes grupos envolvidos, a exemplo de mercadores, proprietários e autoridades coloniais, e o papel das arribadas como estratégia para a realização de trocas proibidas. Destacando a coexistência entre normas jurídicas, costumes locais e interesses econômicos, o artigo corrobora a tese de que o contrabando frequentemente supria carências do comércio legal e contribuía para a estabilidade social e econômica da colônia.

A pesquisa de Gabriela de Andrade Ferreira, *Reformas militares, mobilidade social e permanências no Antigo Regime lusitano: uma análise a partir dos oficiais das tropas de pretos e pardos na América portuguesa (Rio de Janeiro, 1762-1820)*, discorre sobre as trajetórias de oficiais das tropas de pretos e pardos na capitania do Rio de Janeiro, desvelando os impactos das reformas militares portuguesas e as possibilidades de mobilidade social em uma sociedade marcada pela escravidão e pelas hierarquias do Antigo Regime. A partir da documentação militar e paroquial, o estudo demonstra que as patentes militares constituíam importantes instrumentos de distinção social, permitindo a homens forros e seus descendentes alcançar reconhecimento, autoridade e prestígio. A autora destaca o papel das filiações, das redes de parentesco, dos padrinhos influentes e dos serviços prestados à Coroa no processo de acesso ao oficialato, bem como sua contribuição para o progressivo apagamento documental das origens escravas. Por meio da trajetória do capitão Francisco Duarte Belas e de seus descendentes, o artigo aponta os mecanismos pelos quais a honra militar e o serviço régio podiam atenuar o estigma do cativo, bem como as complexas relações entre cor, condição jurídica, poder e mobilidade social na América portuguesa.

O último artigo da seção, *Cartas da Companhia de Jesus: monumentos de memória histórica e construção da identidade jesuíta*, de Ana Luiza Taborda da Paixão Ribeiro, Célio Juvenal Costa e Felipe Augusto Fernandes Borges, explora as cartas produzidas pela Companhia de Jesus entre os séculos XVI e XVIII, propondo compreendê-las não apenas enquanto fontes documentais, mas como monumentos de memória histórica e instrumentos de construção identitária. A partir do diálogo com a historiografia sobre fontes, memória e documento-monumento, os autores defendem que a correspondência jesuítica foi elaborada a partir de normas rigorosas definidas pela própria ordem, com o objetivo de fortalecer a coesão interna da Companhia, divulgar suas atividades missionárias, atrair apoios e legitimar sua atuação nos territórios coloniais. O estudo assinala que essas cartas possuíam forte intencionalidade política, religiosa e institucional, selecionando informações consideradas edificantes e construindo narrativas destinadas a moldar a percepção europeia sobre os povos indígenas e o Novo Mundo.

Na seção de transcrição comentada, Filipe Matheus Marinho de Melo apresenta alguns *Subsídios para a história do tráfico de escravizados para a Capitania do Grão-Pará: conflitos e negócios no Atlântico português (c. 1790)*. A transcrição documental contextualiza um conjunto de ofícios, pareceres e representações produzidos em 1790 sobre o abastecimento de escravizados para a Capitania do Grão-Pará após a extinção da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Depositados no fundo da Junta do Comércio no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, os documentos indicam os

conflitos envolvendo autoridades coloniais, negociantes locais e comerciantes ligados ao tráfico atlântico, destacando as críticas à importação de escravizados provenientes de Pernambuco, Bahia e Maranhão, frequentemente classificados de “refugos” ou “malfeitores”. As correspondências evidenciam preocupações relacionadas à segurança pública, às fugas e à formação de mocambos, além dos impactos econômicos da exportação de moeda para o pagamento dos cativos. Os manuscritos também registram as propostas para reorganizar o abastecimento de mão de obra escravizada por meio de rotas diretas entre a África e o Pará, com incentivos fiscais destinados a atrair comerciantes metropolitanos, indicando, mais uma vez, a complexidade dos interesses que estruturavam o comércio de pessoas escravizadas no império português.

Por fim, a entrevista com Adriana Romeiro, professora do departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, reflete sobre as transformações recentes da historiografia da América portuguesa, salientando que, embora os estudos coloniais tenham perdido parte do protagonismo das décadas de 1990 e 2000, continuam fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira contemporânea. Romeiro enfatiza a importância do domínio da historiografia clássica, do trabalho sistemático com fontes documentais e da formação intelectual baseada no diálogo entre gerações de pesquisadores. Ao comentar sua trajetória acadêmica, destaca a influência da história cultural, as contribuições de Jacques Le Goff, E. P. Thompson e Carlo Ginzburg, e seu interesse permanente pelas formas de compreensão do poder, da política e da legitimidade no mundo colonial. A historiadora ressalta ainda o impacto das descobertas documentais em sua carreira, especialmente aquelas que a conduziram aos estudos sobre corrupção, tema ao qual dedicou grande parte de sua produção.

No campo historiográfico, a entrevistada valoriza a renovação promovida pelos estudos sobre sertões, populações indígenas e escravidão, sobretudo pela incorporação dos conceitos de agência, resistência e negociação. Contudo, rejeita interpretações que apresentem a colonização como um processo consensual, defendendo uma leitura centrada nos conflitos, disputas e tensões característicos da sociedade colonial. Em relação à corrupção, argumenta que o conceito era amplamente utilizado na Época Moderna para designar práticas capazes de ameaçar o bem comum e provocar a “corrupção” do corpo político, conforme argumenta em seu último livro (ROMEIRO, 2023). Segundo Romeiro, a investigação das ilicitudes permite compreender melhor o funcionamento efetivo da administração portuguesa, as redes de poder e os interesses particulares presentes nas instituições coloniais. Nessa

perspectiva, a história da corrupção constitui hoje uma importante via de renovação dos estudos sobre a América portuguesa.

Assim, este dossiê convida-nos a voltar ao passado colonial para refletirmos tanto sobre a produção historiográfica quanto acerca de problemas antigos que guardam estrita relação com o presente. Diante da diversidade de temas abordados pelos artigos aqui reunidos, é possível afirmar que, apesar da aparente redução, os estudos sobre o período colonial ainda despertam o interesse dos jovens pesquisadores e representam um potente esforço de compreensão da história mais remota de nosso país.

Referências

BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. **Minas Gerais nos arquivos históricos de Portugal**. Belo Horizonte, MG: PUC Minas, Centro de Memória e de Pesquisa Histórica, 2019. Disponível em: <https://bib.pucminas.br/acervo/521092>. Acesso em: 3 jun. 2026.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional. **Projeto Resgate Barão do Rio Branco**. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate>. Acesso em: 3 jun. 2026.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna: monarquia pluricontinental e Antigo Regime**. Rio de Janeiro; FGV, 2013.

MALERBA, Jurandir. **A história da América Latina: ensaio de crítica historiográfica**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MENESES, José Newton Coelho. **BVPS Edições | Autorais Laura de Mello e Souza (11)**. Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS), Rio de Janeiro, 11 maio 2026. Disponível em: <https://blogbvps.com/2026/05/11/bvps-edicoes-autorais-laura-de-mello-e-souza-11/>. Acesso em: 3 jun. 2026.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Historiografias sobre o Brasil colonial: 1950-2000**. São Paulo: FFLCH-USP, 2022.

ROMEIRO, Adriana. **Ladrões da república: corrupção, moral e cobiça no Brasil, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

SILVEIRA, Marco Antonio. História e política: a historiografia colonial entre a crítica e a responsabilidade (1989-2010). **Revista de História**, São Paulo, n. 169, p. 65-99, jul./dez. 2013.